

RECLAMAÇÃO Nº 39.951 - RJ (2020/0078280-4)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECLAMANTE : CELIA REGINA BARROS BARRETO
RECLAMANTE : CESAR AUGUSTO DE CARVALHO
RECLAMANTE : CESAR AUGUSTO MONTENEGRO DA ROCHA
RECLAMANTE : CLARICE MILMAN
RECLAMANTE : CLAUDE DE BURLET
ADVOGADOS : GUSTAVO HENRIQUE CAPUTO BASTOS - DF007383
FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO - DF011707
MARCELO JAIME FERREIRA - DF015766
RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO - DF002221
RECLAMADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2 REGIAO
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DA ATIVIDADE TRIBUTÁRIA - GAT. NATUREZA JURÍDICA DE VENCIMENTO, ANTE O CARÁTER GERAL QUE POSSUI. DECISÃO DO STJ, TRANSITADA EM JULGADO, QUE AFIRMA, PRECISAMENTE, A NATUREZA VENCIMENTAL DA GAT. DESCUMPRIMENTO DO DECISUM PROFERIDO NO RESP 1.585.353/DF. PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. REQUERIMENTO DE SOBRESTAMENTO DA APELAÇÃO 0075379-45.2018.4.02.5101 ATÉ O JULGAMENTO DO MÉRITO DA PRESENTE RECLAMAÇÃO. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO INVOCADO VERIFICADA. TUTELA PROVISÓRIA DEFERIDA.

1. Trata-se de Reclamação, com pedido liminar, ajuizada por CELIA REGINA BARROS BARRETO e outros, com fundamento nos arts. 988 do Código Fux e 187 do RISTJ, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2a. Região que teria contrariado a decisão proferida no REsp. 1.585.353/DF, de minha relatoria, a qual reconheceu a natureza vencimental da GAT.

2. Afirmam que o SINDIFISCO NACIONAL - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº 03.657.699/0001-55, anteriormente denominado UNAFISCO SINDICAL - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, obteve êxito no processo judicial 0000423-33.2007.4.01.3400, oriundo da 15a. Vara da justiça Federal do Distrito Federal, que, em síntese, declarou que a Gratificação de Atividade Tributária - GAT,

devida aos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil entre os anos de 2004 e 2008, possui natureza vencimental, ou seja, integra o vencimento básico do auditor-fiscal e é base de cálculo para os reflexos nas demais verbas remuneratórias.

3. Contudo, aduzem que o acórdão proferido pelo TRF da 2a. Região viola o entendimento e a autoridade da decisão proferida no REsp. 1.585.353/DF (Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO) que concluiu ser *inafastável o reconhecimento do seu caráter genérico, a partir do momento que passou a ser concedida a todos os servidores e não especificamente aos servidores que exerciam determinada função, cujo desempenho era perfeitamente computável, o que torna possível a sua natureza de vencimento.*

4. Requerem o cumprimento integral da decisão proferida no REsp. 1.585.353/DF, que reconheceu a natureza vencimental da GAT e sua incorporação para fins de repercussão nas demais parcelas remuneratórias.

5. Postulam, já em sede liminar, a suspensão da tramitação da Apelação 0075379-45.2018.4.02.5101.

6. É o relatório.

7. A concessão da tutela de eficácia imediata requer a presença concomitante de dois pressupostos autorizadores: (a) a relevância dos argumentos da impetração e (b) que do ato impugnado possa resultar a ineficácia da ordem judicial, caso concedida no final. Este é o magistério do Professor HELY LOPES MEIRELLES:

A medida liminar pode ter natureza cautelar ou satisfativa, e visa a garantir a eficácia do possível direito do impetrante, justificando-se pela iminência de dano irreversível de ordem patrimonial, funcional ou moral se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa. Por isso mesmo, não importa prejulgamento, não afirma direitos, nem nega poderes à Administração. Preserva, apenas, o impetrante de lesão irreparável, sustando provisoriamente os efeitos do ato impugnado (Mandado de Segurança e Ações Constitucionais. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 90/91).

Superior Tribunal de Justiça

8. Neste caso, o *fumus boni iuris* encontra-se evidenciado, na medida em que este Relator apreciou e deu provimento à Reclamação 36.691/RN, proferida em hipótese idêntica à dos autos, embora tal decisão tenha sido posteriormente tornada sem efeito tão somente pela ausência de abertura de prazo para a União Federal apresentar contestação aos pedidos da Reclamação.

9. Por outro lado, no que diz respeito ao *periculum in mora*, este existe, caso o Tribunal Regional Federal da 2a. Região dê prosseguimento ao feito, causando prejuízo ao Servidor.

10. Destaca-se, ainda, a legitimidade do Servidor, em sede de execução individual, interpor Reclamação em face de descumprimento de decisão exarada em processo coletivo em favor do Sindicato da categoria.

11. Sendo assim, verificada a relevância dos argumentos expostos, defere-se o sobrestamento da Apelação 0075379-45.2018.4.02.5101 até o julgamento final desta Reclamação, nos termos do art. 989, II do Código Fux, com a finalidade de evitar prejuízos irreparáveis ao reclamante.

12. Notifique-se a parte reclamada, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações pertinentes; após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para o parecer de estilo.

13. Cite-se a UNIÃO para apresentar defesa, no prazo legal, nos termos do art. 989, III do Código Fux.

14. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR